



SOMOS UNI.COS NO JEITO DE FAZER

GRUPO Uni.co
É FORMADO POR



Uni.co Comércio S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2025.**



Conteúdo

Balanço patrimonial	6
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	11
Demonstrações do valor adicionado	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15



Uni.co Comércio S.A.
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.624	2.288	39.204	23.577
Contas a receber de clientes	7	6.350	11.506	96.083	99.850
Estoques	8	9.716	14.508	31.629	36.118
Impostos a recuperar	9	685	1.467	1.700	2.140
Adiantamentos		195	610	2.230	1.561
Dividendos a receber		26.331	19.581	-	-
Total do ativo circulante		46.901	49.960	170.846	163.246
Não circulante					
Contas a receber de clientes	7	34	37	283	205
Outras contas a receber		-	-	-	21
Adiantamentos		6	79	29	308
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	7.623	7.809
Depósitos judiciais		841	956	1.704	1.882
Ativo de direito de uso	14	-	7.012	16.194	14.095
Investimentos	11	120.529	94.048	-	-
Imobilizado	12	1.693	2.157	3.832	4.446
Intangível	13	112	319	26.263	27.686
Total do ativo não circulante		123.215	104.608	55.928	56.452
Total do ativo		170.116	154.568	226.774	219.698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Uni.co Comércio S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
		2025	2024	2025	2024
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante					
Fornecedores	16	40	1.493	13.962	16.458
Empréstimos e financiamentos	15	17.049	28.181	17.113	62.958
Passivo de arrendamento	14	-	1.307	3.673	2.710
Obrigações sociais e trabalhistas		1.079	1.170	11.875	9.640
Obrigações tributárias	20	1.449	1.321	6.275	6.563
Imposto de renda e contribuição social	19	-	-	2.523	2.721
Investimentos a pagar		-	1.103	-	1.103
Outras contas a pagar	18	675	1.493	6.175	6.553
Total do passivo circulante		20.292	36.068	61.596	108.706
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	-	16.949	-	16.949
Obrigações tributárias	20	74	212	1.366	1.787
Provisão para contingências	17	25.065	23.155	25.249	23.155
Passivo de arrendamento	14	-	6.547	13.811	13.093
Mútuos financeiros entre partes relacionadas		-	15.800	-	-
Outras contas a pagar	18	-	-	67	171
Total do passivo não circulante		25.139	62.663	40.493	55.155
Patrimônio líquido					
Capital social	21	226.809	172.109	226.809	172.109
Prejuízos acumulados		(101.716)	(115.864)	(101.716)	(115.864)
Ajustes acumulados de conversão		(408)	(408)	(408)	(408)
Total do patrimônio líquido		124.685	55.837	124.685	55.837
Total do passivo e do patrimônio líquido		170.116	154.568	226.774	219.698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Uni.co Comércio S.A.
Demonstrações dos resultados
Exercício findo em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação),

	Nota	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	22	17.539	30.819	219.797	222.991
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	23	(13.539)	(21.652)	(96.312)	(102.127)
Lucro bruto		4.000	9.167	123.485	120.864
Despesa de vendas	23	(5.455)	(7.470)	(43.101)	(38.273)
Despesas gerais e administrativas	23	(9.149)	(9.535)	(48.698)	(45.024)
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros		170	364	(1.431)	1.701
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		816	77	1.040	(362)
Resultado equivalência patrimonial		31.372	32.228	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		21.754	24.831	31.295	38.906
Despesas financeiras		(8.629)	(8.978)	(17.451)	(19.936)
Receitas financeiras		1.023	5.033	7.003	9.629
Resultado financeiro líquido	24	(7.606)	(3.945)	(10.448)	(10.307)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		14.148	20.886	20.847	28.599
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(6.514)	(6.931)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(185)	(782)
Total do imposto de renda e contribuição social	19	-	-	(6.699)	(7.713)
Lucro líquido do exercício		14.148	20.886	14.148	20.886
Resultado por ação ordinária básico e diluído (em R\$)		0,0789	0,1214		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Uni.co Comércio S.A.
Demonstrações de resultados abrangentes
Exercício findo em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	(Não auditado)		(Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	14.148	20.886	14.148	20.886
Ajustes acumulados de conversão	-	1.237	-	1.237
Lucro abrangente do exercício	14.148	22.123	14.148	22.123

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Uni.co S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Período findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)

		<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Ajustes acumulados de conversão</u>	<u>Controladora e Consolidado (Não auditado)</u> <u>Total</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2024	Nota	172.109	(136.750)	(1.645)	33.714
Ajustes acumulados de conversão		-	-	1.237	1.237
Resultado líquido do exercício		-	20.886	-	20.886
Saldos em 31 de dezembro de 2024	21	172.109	(115.864)	(408)	55.837
Aumento de capital		54.700	-	-	54.700
Resultado líquido do exercício		-	14.148	-	14.148
Saldos em 31 de dezembro de 2025	21	226.809	(101.716)	(408)	124.685

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Uni.co Comércio S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercício findo em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	(Não auditado)		(Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	14.148	20.886	14.148	20.886
Ajustes para:				
Resultado de equivalência patrimonial	(31.372)	(32.228)	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(170)	(364)	1.431	(1.701)
Provisão para contingências	1.910	(3.745)	2.120	(3.745)
Provisão para perda de estoques	397	(205)	763	(87)
Baixa de ativo imobilizado e ativo intangível	14	4	29	39
Baixa de direito de uso e passivo de arrendamento	(885)	(1.264)	(885)	(1.264)
Impostos diferidos	-	-	185	782
Imposto de renda e contribuição social	-	-	6.514	6.931
Juros sobre aquisições	1	647	1	647
Juros sobre arrendamentos	252	642	1.741	1.328
Juros sobre empréstimos e financiamentos	4.986	6.955	9.194	10.631
Depreciação e amortização	2.259	3.232	6.321	6.235
Outros	(80)	186	(80)	(1.224)
	(8.540)	(5.254)	41.482	39.458
Redução (aumento) nos ativos:				
Contas a receber de clientes	5.490	5.587	2.431	(318)
Estoques	4.360	453	3.693	(332)
Impostos a recuperar	735	(685)	379	1.428
Adiantamentos	603	(548)	(211)	1.018
Outras contas a receber	-	112	21	111
	11.188	4.919	6.313	1.907
Aumento (redução) nos passivos:				
Fornecedores	(1.453)	1.036	(2.496)	3.233
Obrigações sociais e trabalhistas	(91)	(736)	2.209	(238)
Obrigações tributárias	(10)	(1.280)	(708)	(2.523)
Outras contas a pagar	(817)	(615)	(482)	336
	(2.371)	(1.595)	(1.477)	808
Caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais	277	(1.930)	46.318	42.173
Pagamento de encargos de empréstimos e financiamentos	(5.815)	(6.684)	(15.970)	(7.658)
Pagamento de encargos de arrendamentos	(252)	(642)	(1.741)	(1.328)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	-	(6.712)	(7.200)
Fluxo de caixa gerado pelas (utilizados nas) proveniente das atividades operacionais	(5.790)	(9.256)	21.895	25.987
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aumento de capital social em controladas	(41.000)	(5.971)	-	-
Recebimento de dividendos	38.200	33.420	-	-
Aquisição de investimento	(1.103)	(2.144)	(1.103)	(2.144)
Adições ao imobilizado	(86)	(136)	(538)	(480)
Adições ao intangível	-	(50)	-	(98)



Uni.co Comércio S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercício findo em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades de investimento	<u>(3.989)</u>	<u>25.119</u>	<u>(1.641)</u>	<u>(2.722)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Mútuo com partes relacionadas	(15.800)	(87)	-	-
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	87	14.000
Pagamento de passivos com arrendamentos	(532)	(1.178)	(3.310)	(3.467)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(27.253)	(13.527)	(56.104)	(27.929)
Aporte de capital	54.700	-	54.700	-
Fluxo de caixa usados nas atividades de financiamento	<u>11.115</u>	<u>(14.792)</u>	<u>(4.627)</u>	<u>(17.396)</u>
Aumento (Redução) Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.336</u>	<u>1.071</u>	<u>15.627</u>	<u>5.869</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.288	1.217	23.577	17.708
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>3.624</u>	<u>2.288</u>	<u>39.204</u>	<u>23.577</u>
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.336</u>	<u>1.071</u>	<u>15.627</u>	<u>5.869</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações do valor adicionado
Exercício findo em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	(Não auditado)		(Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
Receitas				
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	22.345	38.981	261.485	265.229
Outras receitas	19	8	533	251
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão (constituição)	170	364	(1.431)	1.701
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(14.995)	(25.080)	(114.338)	(120.387)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.063)	(7.814)	(33.620)	(36.785)
Perda e recuperação de valores ativos	503	3.157	(461)	2.513
Valor adicionado bruto	979	9.616	112.168	112.522
Depreciação e amortização	(2.259)	(1.968)	(6.321)	(4.971)
Valor adicionado líquido gerado	(1.280)	7.648	105.847	107.551
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	31.372	32.228	-	(861)
Receitas financeiras	1.023	5.035	7.003	9.626
Valor adicionado total a distribuir	31.115	44.911	112.850	116.316
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	2.873	4.102	27.571	23.503
Benefícios	999	2.021	5.222	5.277
FGTS	222	303	1.604	1.470
Valor distribuído - Empregados	4.094	6.426	34.397	30.250
Tributos				
Federais	2.336	3.546	27.118	27.781
Estaduais	1.618	2.822	9.411	9.761
Municipais	24	35	1.291	1.244
Valor distribuído - Tributos	3.978	6.403	37.820	38.786
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	8.629	8.978	17.451	19.936
Aluguéis	766	1.707	4.698	4.570
Royalties	297	580	3.660	2.137
Outros	(796)	(69)	677	(249)



Demonstrações do valor adicionado
Exercício findo em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

Valor distribuído - Remuneração de capitais de terceiros	<u>8.896</u>	<u>11.196</u>	<u>26.486</u>	<u>26.394</u>
Remuneração de capitais próprios				
Lucro ou (Prejuízo) líquido do exercício	<u>14.147</u>	<u>20.886</u>	<u>14.147</u>	<u>20.886</u>
Valor distribuído - Remuneração de capitais próprios	<u>14.147</u>	<u>20.886</u>	<u>14.147</u>	<u>20.886</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>31.115</u>	<u>44.911</u>	<u>112.850</u>	<u>116.316</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Uni.Co Comércio S/A, é uma sociedade anônima de capital fechado, situada na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855 - Andar 1 - Sala B - Conjuntos 11 e 12 - Edifício Francisco Lopes - Vila Olímpia - São Paulo - SP, tem por objeto social, o comércio atacadista, importação e exportação de artigos para decoração, presentes em madeira, metal, couro, vidro, ferro, cerâmica, plásticos e utilidades do lar, comércio de artigos do vestuário e seus acessórios, aparelhos eletrônicos, exploração de atividade de franchising de artigos para presentes e objetos de decoração.

Em 30 de setembro de 2025, a acionista Americanas S.A. – em Recuperação Judicial – em linha com o disposto no Plano de Recuperação Judicial, o qual prevê a alienação da UPI Uni.Co em processo competitivo, divulgou que recebeu e aceitou a proposta vinculante da Fan Store Entretenimento S.A. (“BandUP!”) para aquisição de 100% das ações da Uni.co S.A.

Em 06 de fevereiro de 2026 a acionista Americanas em Recuperação Judicial – divulgou um comunicado ao mercado sobre a publicação do edital de alienação judicial da UPI Uni.Co, por meio de processo competitivo mediante a apresentação de propostas fechadas em audiência a ser realizada em 25 de março de 2026, com fundamento no inciso V do art. 142 da Lei nº 11.101/2005.

2 Entidades da Companhia

	País	Participação (Não auditado)	
		2025	2024
Controlada direta:			
Uni.co Hong Kong Limited	China	100%	100%
IMB Têxtil S.A	Brasil	100%	100%
Controlada indireta:			
Uni.Co Development (Shenzhen) Co.,LTD.	China	-	100%
Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda.	Brasil	100%	100%

Uni.Co Hong Kong Limited

A Uni.co Hong Kong Limited, situada em Hong Kong, possui como atividade principal a comercialização de mercadoria com a controladora no Brasil, Uni.co Comércio S.A. e a IMB Têxtil S.A. As atividades da controlada foram encerradas em 10/01/2025 e aguarda despacho governamental.

Uni.Co Development (Shenzhen) Co.,LTD.

A Uni.co Development (Shenzhen) Co.,LTD., situada na China, possui como principais atividades a inspeção, o controle de qualidade, suprimentos, aquisições e serviços de logística para a Hong Kong, no que se refere ao comércio de bens originários da República Popular da China. As atividades da controlada foram encerradas em 11/06/2024.

IMB Têxtil S.A.

A IMB Têxtil S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, situada na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855 - Andar 1 - Conjuntos 11 e 12 - Edifício Francisco Lopes - Vila Olímpia - São Paulo - SP, possui como atividades predominantes o comércio, importação e exportação de meias, confecção de roupas íntimas, artigos de vestuário e têxteis em geral, além de beneficiamento, tingimento e estampagem de produtos têxteis.



Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda.

A Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda, é uma empresa individual de responsabilidade limitada, situada na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855 - Andar 1 - Sala 6 - Conjuntos 11 e 12 - Edifício Francisco Lopes - Vila Olímpia - São Paulo - SP, tem como atividade principal a exploração de concessão e gestão de franquias da marca Puket.

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo internacional *Accounting Standards Board* (IASB) e também com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), incluindo pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração no dia 27 de fevereiro de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo ou pelo valor amortizado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas:

Nota explicativa 13 – Operações de arrendamento: quando a Companhia tem razoável certeza de exercer opção de prorrogação.



(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 4 – Principais políticas contábeis, j (i) e 7 – Contas a receber: Corresponde a mensuração e registro de perda por redução ao valor recuperável, principal premissa na determinação da taxa média ponderada de perda;

Nota explicativa 8 – Estoques: Demonstra os critérios e montantes para a provisão para perdas em estoques.

Nota explicativa 10 – Imposto de renda e contribuição social diferidos: Refere-se a análise de realização dos impostos diferidos gerados sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa, baseados em perspectiva de lucro tributável futuro.

Nota explicativa 11 - Investimentos – Demonstra as principais premissas em relação aos valores recuperáveis. A determinação do ágio na aquisição de empresas é um processo complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento, perenidade e rentabilidade dos negócios da Companhia para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão.

Nota explicativa 16 – Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: Refere-se as principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(iii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 2 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).



A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 5 – Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa. Se a Companhia baixar parte de sua participação em uma controlada, mas manter o controle, a proporção relevante do valor acumulado será atribuída à participação de acionistas não controladores. Quando a Companhia baixar apenas parte de uma associada ou joint venture, mantendo uma influência significativa ou controle conjunto, a proporção relevante do valor acumulado é reclassificada para o resultado.

b. Reconhecimento de receitas

A Companhia segue os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

- Identificar o contrato com o cliente
- Identificar as obrigações de performance no contrato



- Determinar o preço das transações
- Alocar o preço da transação às obrigações de performance
- Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de performance

Venda de produtos

Os critérios utilizados pela Companhia no reconhecimento da receita de venda de produtos ocorrem quando as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia cumpriu as obrigações de performance ao franqueado e lojista relacionados à propriedade dos produtos e cumpriu com todas as obrigações de performance previstas;
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade, tampouco controle efetivo sobre tais produtos;
- Nas operações do e-commerce o reconhecimento da venda é quando a mercadoria for recebida pelo cliente, as devoluções são irrelevantes e, portanto, as receitas são reconhecidas no momento da entrega;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.
- A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis. A receita é reconhecida em duas oportunidades; uma parcela fixa na assinatura do contrato de franquia, e um percentual sobre as compras e/ou vendas realizadas pelos franqueados, dependendo da marca, no período de competência.

c. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial:

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente:

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.



Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 5 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA (Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes) como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transferem, tampouco mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira a Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.



(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor do realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui ajustes incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los para suas localizações e condições existentes. O custo das mercadorias para revenda compreende o custo do material importado, o que abrange os respectivos impostos de importação e demais despesas aduaneiras.

e. Investimentos

Investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial na controladora, desde que a Companhia exerça, pelo menos, influência relevante na gestão da controlada.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo própria Companhia inclui: o custo de materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, a depreciação é reconhecida no resultado. As vidas úteis médias do ativo imobilizado são as seguintes:

	Vida útil (Não auditado)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos



Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g. Intangíveis

Reconhecimento e Mensuração

Softwares

Os softwares são reconhecidos pelo custo, por meio do preço de compra adicionando qualquer custo diretamente atribuível à elaboração do ativo para a finalidade pretendida, deduzido da amortização acumulada. Todos os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Ágio

Os ágios apurados em aquisições de investimentos são inicialmente mensurados como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio, que possui vida útil indefinida, é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

As vidas úteis médias estimadas são as seguintes:

	Vida útil (Não auditado)
Carteira de clientes	5 anos
Softwares	2 a 5 anos



h. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

(i) Arrendamentos

Um contrato é, ou contém, um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício de tempo em troca de pagamentos, para o qual é necessário avaliar se: (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado; (ii) a Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o exercício do contrato; e (iii) a Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo. Significa que a Companhia tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado em ou antes da data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se a taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança: (i) nos pagamentos futuros decorrente de uma mudança no índice ou taxa; (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido; ou (iii) mudanças na avaliação se a Companhia exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento.

i. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: 1) a Companhia tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; 2) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e 3) o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação que reflitam os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da atualização monetária é reconhecido como despesa financeira.



j. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

(i) Ativos financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas

A provisão para perdas com contas a receber de clientes é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações “*forward looking*”

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. a Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.



(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e ativos contratuais) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos de fornecedores, variação cambial ativa e juros recebidos de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação cambial passiva e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.



A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

m. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O imposto de renda não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete não o lucro ou prejuízo tributável, tampouco o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas e, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.



Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

n. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

o. Novas normas contábeis e interpretações vigentes e não vigentes

Apresentamos a seguir as normas que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025 e as novas normas e interpretações que serão efetivas para exercícios futuros.

i. Normas e interpretações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025

- **Preço de Transferência (Lei nº 14.596/23):** As operações com partes relacionadas e/ou paraísos fiscais no exterior foram adequadas às novas regras vigentes. Não houve impacto relevante na apuração do IRPJ e CSLL.
- **IAS 1 / CPC 26:** Esclarecimentos sobre a classificação de passivos como circulante ou não circulante, baseados em direitos existentes ao final do período de reporte, e não houve impacto na data base das demonstrações financeiras.
- **CPC 18 (R3) e ICPC 09 (R3):** Atualização sobre o Método de Equivalência Patrimonial (MEP) em demonstrações individuais. Sem impacto, dado que a Companhia já utiliza o MEP.
- **IAS 7 e IFRS 7:** Novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (*confirming*), não houve impacto na data base das demonstrações financeiras.
- **IFRS 16:** Esclarecimentos sobre a mensuração do passivo em transações de venda e retroarrendamento (*sale and leaseback*), não houve impacto na data base das demonstrações financeiras.
- **IAS 21 / CPC 02 (R2):** Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade: As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. A seguinte alteração não teve um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Não houve impacto significativo na data base das demonstrações financeiras.



ii. Normas e interpretações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2026

- **IFRS 9 e IFRS 7 (Instrumentos Financeiros): Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros**

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 e IFRS 7 – *Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments* (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI)

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

O Grupo não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).



Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

- **IFRS 18 / CPC 26 (R1): Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras**

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*Primary Financial Statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para eternar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras do Grupo são os seguintes:

- A receita de aluguel, a variação no valor justo de propriedades para investimento e a participação no lucro de uma coligada e de um empreendimento conjunto serão classificadas na categoria de investimento, dentro da demonstração do resultado;
- As diferenças de variação cambial serão classificadas na categoria da demonstração do resultado (receita e a despesa) em que estiverem os itens que deram origem a tais diferenças de câmbio;
- Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela Administração (Management-defined performance measures - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1));



- Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congregadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

- **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações**

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

- **Reforma Tributária:** Em conformidade com a Emenda Constitucional nº 132/2023 e suas regulamentações, a Companhia informa que, pretende iniciar a partir de 1º de abril de 2026, o período de transição do novo sistema tributário brasileiro. Neste exercício, vigora a alíquota de teste de 0,1% para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e de 0,9% para a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), valores estes que são integralmente compensáveis com os débitos de PIS e COFINS devidos pela Companhia.

A Administração avaliou que, para o exercício de 2026, não há impactos materiais imediatos no fluxo de caixa ou no resultado, dado o mecanismo de neutralidade previsto. Entretanto, a Companhia mantém monitoramento contínuo das leis complementares para avaliar os impactos futuros na mensuração de ativos e passivos tributários diferidos (IAS 12 / CPC 32), considerando a extinção gradual dos tributos atuais a partir de 2027.

5 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Gerenciamento de riscos

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito (veja (ii));
- Risco de liquidez (veja (iii));
- Risco de mercado (veja (iv)); e
- Risco de taxa de juros (veja (v)).



(i) Estrutura de gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

(ii) Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento da inadimplência, a Companhia monitora o risco por meio de análises periódicas do nível de inadimplência, bem como pela adoção de formas mais eficazes de cobrança.

Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	Controladora (Não auditado)	
	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	3.624	2.288
Contas a receber de clientes	6.384	11.543
Adiantamentos	201	689
	10.209	14.520

	Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	39.204	23.577
Contas a receber de clientes	96.366	100.055
Outras contas a receber	-	21
Adiantamentos	2.259	1.869
	137.829	125.522

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber são divulgadas nas notas explicativas 7 – Contas a receber de clientes e 4 j (i), respectivamente.

(iii) Risco de liquidez

É o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenham caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2025, possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.



Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Passivos financeiros não derivativos						Controladora (Não auditado)
	Saldo em 31/12/2025	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Fluxo total financeiro
Fornecedores e outras contas a pagar	716	716	-	-	-	716
Empréstimos e financiamentos	17.049	17.049	-	-	-	17.049
	<u>17.765</u>	<u>17.765</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>17.765</u>

Passivos financeiros não derivativos						Consolidado (Não auditado)
	Saldo em 31/12/2025	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Fluxo total financeiro
Fornecedores e outras contas a pagar	20.207	20.138	68	-	-	40.413
Passivos de arrendamentos	17.483	3.673	4.038	9.772	-	34.966
Empréstimos e financiamentos	17.113	17.113	-	-	-	34.226
	<u>54.803</u>	<u>40.924</u>	<u>4.106</u>	<u>9.772</u>	<u>-</u>	<u>109.605</u>

(iv) Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(v) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo.

A exposição cambial está assim representada:

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber – exterior – USD	-	-	286	186
Fornecedores – exterior - USD	-	(1.254)	(4.958)	(8.035)
Exposição líquida	<u>-</u>	<u>(1.254)</u>	<u>(4.672)</u>	<u>(7.849)</u>

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira – dólar (USD) – no balanço de 31 de dezembro de 2025 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado vigente no fim do exercício de elaboração destas informações contábeis. A taxa provável foi então corrigida em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.



Desta forma, o quadro a seguir demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

	Controladora e Consolidado (Não auditado)			
	Base de cálculo	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
DÓLAR				
Taxa de câmbio em 31/12/2025		5,5024	5,5024	5,5024
Taxa câmbio estimada para exercício de 2026 (a)		5,50	6,875	8,25
Contas a receber - exterior	286	-	71	143
Fornecedores estrangeiros	(4.958)	2	(1.237)	(2.476)
Despesa de variação cambial no resultado		2	(1.166)	(2.333)

(a) Fonte: Estimativa de cotação do dólar para o exercício 2026 de R\$ 5,50, divulgado pelo Banco Central do Brasil por meio do relatório Focus emitido em 03/01/2026.

(vi) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus passivos financeiros.

Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos.

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro com taxa de juros pré-fixada pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de hedge usando o modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros ao final do período de relatório não impactaria o resultado da Companhia.

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
Instrumentos financeiros com taxa de juros pós-fixada				
Aplicações financeiras - caixa e equivalentes de caixa	3.509	35	37.620	18.786
Empréstimos e financiamentos	(17.049)	(45.130)	(17.113)	(79.907)
Investimentos a pagar	-	(1.103)	-	(1.103)
Exposição líquida	(13.540)	(46.198)	20.507	(62.224)

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras e os juros oriundos dos empréstimos da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI.



Em 31 de dezembro de 2025, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável, foi mensurado considerando uma taxa base de CDI em 13,75%. O rendimento das aplicações financeiras e despesas dos empréstimos foram projetados para os próximos 12 meses. A análise pressupõe que todas as outras variáveis permaneceriam constantes:

			Controladora (Não auditado)					
			Provável		Possível		Remoto	
Operação	Valores	Risco	Taxa CDI estimada	Receita / (despesa) estimada	Taxa CDI estimada	Receita/ (despesa) estimada	Taxa CDI estimada	Receita / (despesa) estimada
Aplicações financeiras	3.509	Baixa CDI	15,00%	526	11,25%	395	7,50%	263
Empréstimos e financiamentos	(17.049)	Alta CDI	15,00%	(2.557)	18,75%	(3.197)	22,50%	(3.836)
Investimentos a pagar	-	Alta CDI	15,00%	-	18,75%	-	22,50%	-
Efeito líquido				(2.031)		(2.802)		(3.573)
			Consolidado (Não auditado)					
			Provável		Possível		Remoto	
Operação	Valores	Risco	Taxa CDI estimada	Receita / (despesa) estimada	Taxa CDI estimada	Receita/ (despesa) estimada	Taxa CDI estimada	Receita / (despesa) estimada
Aplicações financeiras	37.620	Baixa CDI	15,00%	5.643	11,25%	4.232	7,50%	2.821
Empréstimos e financiamentos	(17.113)	Alta CDI	15,00%	(2.567)	18,75%	(3.209)	22,50%	(3.851)
Investimentos a pagar	-	Alta CDI	15,00%	-	18,75%	-	22,50%	-
Efeito líquido				3.076		1.023		(1.030)

(vii) Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da mesma e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

b. Instrumentos financeiros – valor justo

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 e 2024 são, em todos os casos, uma aproximação razoável do valor justo por ter vencimento no curto prazo ou por ter taxas pós-fixadas. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo, todos de classificação de hierarquia Nível 2, conforme nota explicativa 3 d.(iii) – Base de preparação e a apresentação das demonstrações financeiras (Uso de estimativas e julgamentos – mensuração do valor justo):

Contas a receber de clientes, fornecedores, adiantamentos, outras contas a receber e outras contas a pagar – Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

Empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento, investimentos a pagar – São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de empréstimos específicas para empréstimos.



6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
Caixa	1	1	1	1
Depósitos bancários	114	2.252	1.583	4.790
Aplicações financeiras (i)	3.509	35	37.620	18.786
	3.624	2.288	39.204	23.577

- (i) As aplicações financeiras possuem vencimento de até 3 meses da data de aplicação e são remuneradas a taxas que variam entre 98,5% e 100% do CDI (certificado de depósito interbancário) e são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

7 Contas a receber de clientes

A Companhia avalia periodicamente o efeito do ajuste a valor presente. Atualmente, os efeitos não são relevantes de curto prazo e longo prazo, visto o prazo médio de recebimento dos títulos. O cálculo do ajuste a valor presente, portanto, não resultou em efeitos relevantes a serem contabilizados e/ou divulgados:

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
Duplicatas a receber	5.453	10.273	92.515	95.693
Duplicatas a receber – exterior	-	-	286	186
Valores a receber de operadora de cartão de crédito	931	1.440	8.389	7.455
	6.384	11.713	101.190	103.334
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(170)	(4.369)	(2.938)
(-) Ajuste a valor presente de duplicatas a receber	-	-	(340)	-
(-) Provisão com rebates franquias	-	-	(122)	-
(+/-) Variação Cambial - Clientes exportação	-	-	7	(341)
Total	6.384	11.543	96.366	100.055
Ativo Circulante	6.350	11.506	96.083	99.850
Ativo Não circulante	34	37	283	205

Valores a receber de operadora de cartão de crédito – as vendas por cartões de crédito podem ser realizadas à vista ou por meio de parcelamentos. O risco de crédito com o consumidor final nessas operações é assumido pelas operadoras de cartões de crédito.

Duplicatas a receber – o Grupo oferece a seus clientes pessoas jurídicas parcelamentos por meio de duplicatas. O risco de crédito nessas operações é assumido pela Companhia.

O Ajuste a valor presente de duplicatas a receber refere-se operações de valores a receber de vendas com a controladora Americanas S.A., e o vencimento será em 2059.



O valor da provisão para perdas estimadas é baseado na análise da Administração sobre perdas esperadas nos créditos vencidos e a vencer. A movimentação da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa está apresentado a seguir:

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	(170)	(534)	(2.938)	(4.639)
Adições	(135)	(1.078)	(2.106)	(1.592)
Reversões	305	1.442	675	3.293
Saldo final	-	(170)	(4.369)	(2.938)

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	6.340	11.614	94.867	97.598
Vencidos até 30 dias	40	76	1.859	2.802
Vencidos de 31 a 60 dias	3	6	67	90
Vencidos de 61 a 90 dias	-	5	12	31
Vencidos de 91 a 120 dias	1	3	8	13
Vencidos de 121 a 180 dias	-	5	8	59
Vencidos a mais de 180 dias	-	4	4.369	2.741
	6.384	11.713	101.190	103.334

8 Estoques

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
Mercadorias para revenda	10.521	12.450	27.508	27.071
Produtos acabados	-	-	1.640	2.000
Matérias-primas	-	-	1.090	974
Estoque em trânsito	-	2.466	2.618	6.577
Produtos em elaboração	-	-	36	133
Estoque em poder de terceiros para beneficiários	-	-	439	285
Materiais	-	-	-	18
(-) Provisão para realização dos estoques	(805)	(408)	(1.702)	(940)
	9.716	14.508	31.629	36.118



a. Ajuste ao valor realizável líquido

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	(408)	(614)	(940)	(1.027)
Adições	(397)	-	(762)	-
Reversões	-	206	-	87
Saldo final	<u>(805)</u>	<u>(408)</u>	<u>(1.702)</u>	<u>(940)</u>

9 Impostos a recuperar

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
IPI a recuperar	-	16	-	16
ICMS a recuperar	592	611	622	753
PIS e COFINS a recuperar	29	83	546	614
IRPJ e CSLL a recuperar	60	685	528	685
Outros	4	72	4	72
	<u>685</u>	<u>1.467</u>	<u>1.700</u>	<u>2.140</u>

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social		
Prejuízo fiscal e base negativa	7.623	7.809
Imposto diferido	<u>7.623</u>	<u>7.809</u>

A seguir, a movimentação ocorrida na Rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”:

Imposto de renda e contribuição social diferidos em 2023	<u>8.591</u>
Compensação de prejuízo fiscal em 2024 pela IMB Textil S.A.	(782)
Imposto de renda e contribuição social diferidos em 2024	<u>7.809</u>
Compensação de prejuízo fiscal em 2025 pela IMB Textil S.A.	(186)
Imposto de renda e contribuição social diferidos em 2025	<u>7.623</u>



Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não reconheceu novos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e bases negativas de contribuição social no montante de R\$ 1.222, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

Baseada nas projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar parte do crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa nos próximos exercícios.

A seguir a expectativa de recuperabilidade dos impostos diferidos:

Exercícios	Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024
2025	-	1.347
2026	836	2.003
2027	1.088	3.117
2028	1.148	1.342
2029	1.436	-
2030	1.748	-
2031	1.367	-
	7.623	7.809

11 Investimentos

	Controladora (Não auditado)	
	2025	2024
Uni.co Hong Kong Limited	2	5
IMB Têxtil S.A.	120.527	94043
	120.529	94.048

Movimentação dos saldos

	Controladora (Não auditado)		
	Uni.co Hong Kong Limited 100%	IMB Têxtil S.A. 100%	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(2.602)	88.267	85.665
Integralização de capital	5.971	-	5.971
Equivalência patrimonial	(4.601)	36.830	32.229
Dividendos	-	(30.112)	(30.112)
Amortização de mais valia	-	(942)	(942)
Ajuste acumulado de conversão	1.237	-	1.237
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5	94.043	94.048



	Controladora (Não auditado)		
	Uni.co Hong Kong Limited	IMB Têxtil S.A.	Total
	100%	100%	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5	94.043	94.048
Integralização de capital	-	41.000	41.000
Equivalência patrimonial	(3)	31.376	31.373
Dividendos	-	(44.950)	(44.950)
Amortização de mais valia	-	(942)	(942)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2	120.527	120.529

O quadro a seguir apresenta um sumário das informações financeiras nas empresas controladas diretas e indiretas durante o exercício:

	Participação	Capital Social	Patrimônio líquido	2024 (Não auditado)
				Lucro / (Prejuízo)
Controladas diretas				
Uni.co Hong Kong Limited	100,00%	13.562	3	(4.602)
IMB Têxtil S.A.	100,00%	29.653	67.208	36.830
Controladas indiretas				
Uni.co Development (Shenzhen) Co. LTD.	100,00%	-	-	(1.868)
Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda.	100,00%	11.363	29.844	30.481
	Participação	Capital Social	Patrimônio líquido	2025 (Não auditado)
Controladas diretas				
Uni.co Hong Kong Limited	100,00%	19.532	3	-
IMB Têxtil S.A.	100,00%	70.653	126.008	31.375
Controladas indiretas				
Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda.	100,00%	1.363	15.889	33.626



12 Imobilizado

O ativo imobilizado está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas operações da Companhia.

(a) Composição do imobilizado

	2025			Controladora (Não auditado) 2024		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil
Equipamentos de processamento de dados	3.295	(3.159)	136	3.317	(3.027)	290
Instalações	2.653	(1.899)	754	2.654	(1.698)	956
Máquinas e equipamentos	1.749	(1.279)	470	1.690	(1.187)	503
Móveis e utensílios	864	(531)	333	864	(456)	408
Total	8.561	(6.868)	1.693	8.525	(6.368)	2.157

	2025			Consolidado (Não auditado) 2024		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil
Equipamentos de processamento de dados	5.202	(4.243)	959	4.795	(3.777)	1.018
Instalações	4.585	(2.883)	1.702	4.585	(2.489)	2.096
Máquinas e equipamentos	1.869	(1.322)	547	1.816	(1.220)	596
Móveis e utensílios	1.338	(714)	624	1.329	(593)	736
Total	12.994	(9.162)	3.832	12.525	(8.079)	4.446

(b) Conciliação do valor contábil líquido do imobilizado

	Taxa média de depreciação a.a.	Controladora (Não auditado)			Saldo em 31/12/2025
		Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	
Equipamentos de processamento de dados	20%	290	-	(5)	136
Instalações	10%	956	-	(201)	755
Máquinas e equipamentos	10%	503	86	(9)	468
Móveis e utensílios	10%	408	-	(74)	334
Total		2.157	86	(14)	1.693



						Controladora (Não auditado)
	Taxa média de depreciação a.a.	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Equipamentos de processamento de dados	20%	572	10	-	(291)	291
Instalações	10%	1.159	-	-	(203)	956
Máquinas e equipamentos	10%	575	40	(4)	(108)	503
Móveis e utensílios	10%	391	87	-	(71)	407
Total		2.697	137	(4)	(673)	2.157

						Consolidado (Não auditado)
	Taxa média de depreciação a.a.	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Equipamentos de processamento de dados	20%	1.018	430	(5)	(483)	960
Instalações	10%	2.096	-	-	(395)	1.701
Máquinas e equipamentos	10%	596	99	(24)	(124)	547
Móveis e utensílios	10%	736	9	-	(121)	624
Total		4.446	538	(29)	(1.123)	3.832

						Consolidado (Não auditado)
	Taxa média de depreciação a.a.	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Equipamentos de processamento de dados	20%	1.294	295	(7)	(552)	1.030
Instalações	10%	2.460	32	-	(395)	2.097
Máquinas e equipamentos	10%	673	47	(32)	(124)	564
Móveis e utensílios	10%	766	106	-	(117)	755
Total		5.193	480	(39)	(1.188)	4.446

13 Intangível

(a) Composição do intangível

						Controladora
		2025			2024	
	Taxa média de amortização a.a.	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil	Custo	Amortização acumulada
						Valor contábil
Softwares	20%	2.700	(2.588)	112	2.700	(2.381)
Total		2.700	(2.588)	112	2.700	(2.381)



		Consolidado					
		2025			2024		
Taxa média de amortização a.a.		Amortização acumulada		Valor contábil	Amortização acumulada		Valor contábil
		Custo			Custo		
Softwares	20%	4.099	(3.732)	367	4.099	(3.250)	849
Marcas e patentes – IMB Têxtil S.A. (a)	20%	11.292	(7.528)	3.764	11.292	(6.587)	4.705
Carteira de clientes (b)	8,33%	16.947	(16.633)	314	16.947	(16.633)	314
Ágio aquisição IMB Têxtil S/A.	-	21.818	-	21.818	21.818	-	21.818
Total		54.156	(27.893)	26.263	54.156	(26.470)	27.686

(b) Movimentação do intangível

					Controladora	
		Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Softwares		319	-	-	(207)	112
Total		319	-	-	(207)	112

					Controladora	
		Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2024
Softwares		526	-	-	(207)	319
Total		526	-	-	(207)	319

					Consolidado	
		Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Softwares		849	-	-	(482)	367
Marcas e patentes – IMB Têxtil S.A. (a)		4.705	-	-	(941)	3.764
Carteira de clientes (b)		314	-	-	-	314
Ágio aquisição IMB Têxtil S/A.		21.818	-	-	-	21.818
Total		27.686	-	-	(1.423)	26.263

					Consolidado	
		Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2024
Softwares		1.318	99	-	(568)	849
Marcas e patentes – IMB Têxtil S.A. (a)		5.646	-	-	(941)	4.705
Carteira de clientes (b)		314	-	-	-	314
Ágio aquisição IMB Têxtil S/A.		21.818	-	-	-	21.818
Total		29.096	99	-	(1.509)	27.686

(a) Na aquisição da controlada indireta IMB Têxtil S.A. pela Uni.co Comércio S/A, foram identificados por meio de um laudo de avaliação. Marcas e patentes que possuem vida útil de 12 anos.



- (b) Refere-se principalmente a carteira de clientes, referente a aquisição da IMB Têxtil S.A. mencionada na nota (a). Possui vida útil de 5 anos, estão integralmente amortizados, sendo o valor residual referente ao acordo de não competitividade.

Testes de recuperabilidade do ágio e intangíveis com vida útil indefinida

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia submeteu o ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida ao teste anual de redução ao valor recuperável, conforme as diretrizes do CPC 01 (R1).

A mensuração do valor em uso foi fundamentada nas seguintes premissas:

Projeções de Fluxo de Caixa: Para o exercício de 2026, as estimativas baseiam-se no Orçamento Anual aprovado pelo Conselho de Administração. Para os períodos subsequentes, as projeções foram elaboradas em conjunto com a Diretoria, fundamentadas em expectativas macroeconômicas e planos de negócios internos.

Crescimento e Perpetuidade: Foi aplicada uma taxa de crescimento nominal na perpetuidade de 3,5% a.a., alinhada às expectativas de inflação e crescimento do setor a longo prazo.

Taxa de Desconto: Os fluxos de caixa foram descontados a uma taxa de 14,5% a.a., refletindo o custo de capital e os riscos específicos dos ativos e da jurisdição onde a Companhia opera.

Com base nas análises realizadas, o valor recuperável apurado mostrou-se superior ao valor contábil.

14 Operações de arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2025, contratos classificados como ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos a pagar em decorrência da adoção das alterações do CPC 06 (R2)/IFRS 16 conforme mencionado na nota 3.

A mensuração do custo do ativo de direito de uso de imóveis corresponde ao valor líquido do passivo de arrendamento, calculada sobre o aluguel previsto nos contratos, descontado a valor presente. A depreciação mensal do ativo de direito de uso de imóveis é calculada, linearmente, pelo prazo de vigência previsto no contrato.

A seguir apresentamos os ativos ao direito de uso dos imóveis e as correspondentes obrigações:

a- Composição do ativo de direito de uso – Arrendamentos

Empresa	Imóveis	Período de Depreciação	Controladora (Não auditado)					
			2025			2024		
			Custo	Depreciação	Valor líquido	Custo	Depreciação	Valor líquido
Uni.co Comércio	CD Biguaçu	Até janeiro/2030	-	-	-	11.444	(4.432)	7.012
			-	-	-	11.444	(4.432)	7.012

Empresa	Imóveis	Período de Depreciação	Consolidado (Não auditado)					
			2025			2024		
			Custo	Depreciação	Valor líquido	Custo	Depreciação	Valor líquido
Uni.co Comércio	CD Biguaçu	Até janeiro/2030	-	-	-	11.444	(4.432)	7.012
IMB Têxtil	Escritório Vila Olímpia	Até janeiro/2025	4.346	(797)	3.549	4.016	(3.944)	72
IMB Têxtil	CD Biguaçu	Até janeiro/2030	19.408	(6.763)	12.645	11.442	(4.431)	7.011
			23.754	(7.560)	16.194	26.902	(12.807)	14.095



Movimentação do direito de uso de arrendamentos

		Controladora (Não auditado)							
Empresa	Imóveis	Prazo médio em anos	Saldo inicial em 01/01/2024	Adições (b)	Baixas (a)	Saldo em 31/12/2024	Adições (b)	Baixas (a)	Saldo em 31/12/2025
Custo									
Uni.Co Comércio	CD Biguaçu	11	13.005	317	(1.878)	11.444	-	(11.444)	-
Depreciação:									
Uni.Co Comércio	CD Biguaçu	11	(6.239)	(1.335)	3.142	(4.432)	(575)	5.006	-
			<u>6.766</u>	<u>(1.018)</u>	<u>1.264</u>	<u>7.012</u>	<u>(575)</u>	<u>(6.438)</u>	<u>-</u>
		Consolidado (Não auditado)							
Empresa	Imóveis	Prazo médio em anos	Saldo inicial em 01/01/2024	Adições (b)	Baixas (a)	Saldo em 31/12/2024	Adições (b)	Baixas (a)	Saldo em 31/12/2025
Custo									
Uni.Co Comércio	CD Biguaçu	11	13.005	317	(1.878)	11.444	-	(11.444)	-
IMB Têxtil	Sede São Paulo	5	4.016	-	-	4.016	4.347	(4.017)	4.346
IMB Têxtil	CD Biguaçu	11	11.127	315	-	11.442	7.966	-	19.408
			<u>28.148</u>	<u>632</u>	<u>(1.878)</u>	<u>26.902</u>	<u>12.313</u>	<u>(15.461)</u>	<u>23.754</u>
Depreciação:									
Uni.Co Comércio	CD Biguaçu	11	(6.239)	(1.335)	3.142	(4.432)	(574)	5.006	-
IMB Têxtil	Sede São Paulo	5	(3.070)	(874)	-	(3.944)	(870)	4.017	(797)
IMB Têxtil	CD Biguaçu	11	(3.097)	(1.334)	-	(4.431)	(2.332)	-	(6.763)
			<u>(12.406)</u>	<u>(3.543)</u>	<u>3.142</u>	<u>(12.807)</u>	<u>(3.776)</u>	<u>9.023</u>	<u>(7.560)</u>
			<u>15.742</u>	<u>(2.911)</u>	<u>1.264</u>	<u>14.095</u>	<u>8.537</u>	<u>(6.438)</u>	<u>16.194</u>

- (a) As baixas referem-se aos encerramentos de contratos;
(b) As adições referem-se a remensuração dos contratos de arrendamentos.

b- Arrendamentos a pagar

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
Arrendamentos a pagar	-	9.564	21.247	19.225
Juros sobre arrendamento	-	(1.710)	(3.763)	(3.422)
	<u>-</u>	<u>7.854</u>	<u>17.484</u>	<u>15.803</u>
Passivo circulante	<u>-</u>	<u>1.307</u>	<u>3.673</u>	<u>2.710</u>
Passivo não circulante	<u>-</u>	<u>6.547</u>	<u>13.811</u>	<u>13.093</u>



Movimentação dos arrendamentos

		Controladora (Não auditado)					
Empresa	Imóvel	Saldo inicial em 01/01/2025	Adições	Pagamentos de principal e juros	Juros apropriados	Baixas	Saldo em 31/12/2025
Uni.Co Comércio	CD Biguaçu	7.854	-	(784)	252	7.322	-
		<u>7.854</u>	<u>-</u>	<u>(784)</u>	<u>252</u>	<u>7.322</u>	<u>-</u>

		Controladora (Não auditado)					
Empresa	Imóvel	Saldo inicial em 01/01/2024	Adições	Pagamentos de principal e juros	Juros apropriados	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Uni.Co Comércio	CD Biguaçu	8.716	317	(1.820)	641	-	7.854
		<u>8.716</u>	<u>317</u>	<u>(1.820)</u>	<u>641</u>	<u>-</u>	<u>7.854</u>

		Consolidado (Não auditado)					
Empresa	Imóvel	Saldo inicial em 01/01/2025	Adições	Pagamentos de principal e juros	Juros apropriados	Baixas	Saldo em 31/12/2025
Uni.Co Comércio	CD Biguaçu	7.854	-	(784)	252	(7.322)	-
IMB TÊXTIL	Sede São Paulo	96	4.346	(1.239)	572	-	3.775
IMB TÊXTIL	CD Biguaçu	7.853	7.966	(3.027)	917	-	13.709
		<u>15.803</u>	<u>12.312</u>	<u>(5.050)</u>	<u>1.741</u>	<u>(7.322)</u>	<u>17.484</u>

		Consolidado (Não auditado)					
Empresa	Imóvel	Saldo inicial em 01/01/2024	Adições	Pagamentos de principal e juros	Juros apropriados	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Uni.Co Comércio	CD Biguaçu	8.716	317	(1.820)	641	-	7.854
IMB TÊXTIL	Sede São Paulo	1.206	-	(1.154)	44	-	96
IMB TÊXTIL	CD Biguaçu	8.716	315	(1.820)	642	-	7.853
		<u>18.638</u>	<u>632</u>	<u>(4.794)</u>	<u>1.327</u>	<u>-</u>	<u>15.803</u>

As adições representam a contratação de novos contratos de arrendamentos, ou a atualização anual dos contratos de arrendamentos.

c- Estimativa de realização do passivo de arrendamento

	Consolidado (Não auditado)		
	Passivo de arrendamento	Juros	Valor presente do passivo de arrendamento
2026	5.203	(1.530)	3.673
2027	5.203	(1.165)	4.038
2028	5.203	(758)	4.445
2029 em diante	5.638	(310)	5.328
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>21.247</u>	<u>(3.763)</u>	<u>17.484</u>

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. As taxas de desconto utilizadas para cálculo do valor presente foram entre 8% e 13% para o CD Biguaçu e a Sede São Paulo, e representam a taxa incremental de financiamento.



15 Empréstimos e financiamentos

Controlada	Modalidade	Taxa de juros (%)	Vencimento	Controladora (Não auditado)			
				2025		2024	
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Uni.Co Comércio	Brasil	Capital de giro	CDI + 2,50% a.a.	17.049	-	25.635	16.949
Uni.Co Comércio	Brasil	FINIMP	CDI + 2,85% a.a.	-	-	2.546	-
				17.049	-	28.181	16.949

Controlada	Modalidade	Taxa de juros (%)	Vencimento	Consolidado (Não auditado)			
				2025		2024	
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Uni.Co Comércio	Brasil	CCB	CDI + 3,00% a.a.	-	-	-	-
Uni.Co Comércio (i)	Brasil	Capital de giro	CDI + 2,50% a.a.	17.049	-	25.635	16.949
Uni.Co Comércio	Brasil	FINIMP	CDI + 2,85% a.a.	-	-	2.546	-
IMB Têxtil	Brasil	Debêntures	128% CDI	-	-	14.243	-
IMB Têxtil (ii)	Brasil	Risco Sacado	Não há	64	-	-	-
IMB Têxtil	Brasil	FINIMP	CDI + 2,85% a.a.	-	-	20.534	-
				17.113	-	62.958	16.949

CCB = Cédula de crédito bancário

- (i) A Companhia possui contrato de empréstimos e financiamentos firmado com Banco do Brasil em que a acionista controladora Americanas S.A. (Em recuperação judicial) é avalista;
- (ii) A Companhia possui uma operação de risco sacado com o Banco Santander na aquisição de computadores.

A movimentação dos empréstimos e financiamento no exercício deu-se da seguinte forma:

Movimentação	Controladora (Não auditado)	
	2025	2024
Saldo inicial	45.131	58.388
(+) Juros acumulados	4.986	6.955
(-) Amortização de principal	(27.253)	(13.528)
(-) Amortização de juros	(5.815)	(6.684)
Saldo final	17.049	45.131

Movimentação	Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024
Saldo inicial	79.907	90.863
(+) Captações	87	14.000
(+) Juros acumulados	9.193	10.631
(-) Amortização de principal	(56.104)	(27.928)
(-) Amortização de juros	(15.970)	(7.659)
Saldo final	17.113	79.907



16 Fornecedores

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores nacionais	40	239	9.004	8.423
Fornecedores estrangeiros (US\$)	-	1.254	4.958	8.035
	40	1.493	13.962	16.458

As contas a pagar aos fornecedores são registradas conforme definidos em contratos firmados, as liquidações se realizam por ocasião do pagamento das faturas e pelo valor montante líquido.

17 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
Cíveis	-	-	86	-
Tributárias	25.065	22.415	25.068	22.415
Trabalhistas	-	740	95	740
	25.065	23.155	25.249	23.155

A Companhia e Controladas são partes em processos civis, trabalhistas e tributários que estão sendo discutidos judicialmente. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, foi constituída provisão para contingências no montante de R\$ 25.249 (R\$ 23.155 em 31 de dezembro de 2024) para os processos que o risco de perda foi classificado como provável.

Segue movimentação da provisão:

	Controladora (Não auditado)			Total
	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	
Saldos em 01 de janeiro de 2024	-	26.900	-	26.900
Adições	-	2.489	740	3.229
Reversões	-	(6.974)	-	(6.974)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	22.415	740	23.155
Adições	-	2.650	63	2.713
Reversões	-	-	(803)	(803)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	25.065	-	25.065

	Consolidado (Não auditado)			Total
	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	
Saldos em 01 de janeiro de 2024	-	26.900	-	26.900
Adições	-	2.489	792	3.281
Reversões	-	(6.974)	(52)	(7.026)
Pagamentos	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	22.415	740	23.155
Adições	86	2.667	607	3.360
Reversões	-	(14)	(1.226)	(1.240)
Pagamentos	-	-	(26)	(26)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	86	25.068	95	25.249



Existem outros processos judiciais os quais foram classificados com risco de perda possível, para os quais não foram constituídas provisões. A seguir apresentamos os saldos classificados com risco de perda possível:

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
Cíveis	726	55	915	1.254
Tributárias	116	16	274	134
Trabalhistas	1.072	766	1.946	3.099
	1.914	837	3.135	4.487

18 Outras contas a pagar

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
Aluguéis a pagar	-	157	434	415
Adiantamento de clientes	231	376	1.621	1.938
Fretes a pagar	72	114	703	333
Royalites a pagar	79	273	967	980
Energia elétrica a pagar	-	-	15	13
Propaganda e publicidade	84	258	1.372	1.680
Sistemas de Informática/internet	42	64	165	374
Serviços logísticos	35	35	142	173
Embalagens	62	109	207	196
Serviços de assessoria e consultoria	4	0	20	20
Outras contas a pagar	66	107	596	602
	675	1.493	6.242	6.724
Passivo Circulante	675	1.493	6.175	6.553
Passivo Não circulante	-	-	67	171

19 Imposto de renda e contribuição social

(a) Composição IR e CSLL a pagar

	Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024
IRPJ a recolher	1.841	1.953
CSLL a recolher	682	768
	2.523	2.721
Passivo Circulante	2.523	2.721
Passivo Não circulante	-	-



(b) Reconciliação do resultado

i. Controladora - Lucro real

	2025	2024
	(Não auditado)	(Não auditado)
Resultado antes dos impostos	14.147	20.886
Alíquota básica	34%	34%
Impostos calculados pelas alíquotas fiscais	(4.786)	(7.077)
Exclusões permanentes:		
Equivalência patrimonial	10.666	10.958
Despesas indedutíveis	(2)	(8)
Preço de transferência	(3.958)	(4.019)
Outras adições / exclusões permanentes	(57)	33
Imposto de renda e contribuição social	1.863	(113)
Alíquota efetiva	13,17%	(0,54%)
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal não reconhecido	(1.222)	(1.396)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias não reconhecido	(641)	1.510

ii. Consolidado

	2025	2024
	(Não auditado)	(Não auditado)
Resultado antes dos impostos	20.847	28.599
Alíquota básica	34%	34%
Impostos calculados pelas alíquotas fiscais	(7.064)	(9.700)
Adições/exclusões permanentes:		
Despesa indedutíveis	(30)	(30)
Preço transferência	(3.958)	(4.019)
Outras adições/exclusões permanentes	1.302	1.145
Imposto de renda e contribuição social	(9.750)	(12.604)
Alíquota efetiva	(46,77%)	(44,07%)
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal não reconhecido	(1.222)	(1.396)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias não reconhecido	(1.833)	1.158
Imposto presumido controladas - (1)	6.106	5.130
Imposto de renda e contribuição social	(6.699)	(7.712)
Imposto de renda e contribuição social correntes - Controlada lucro presumido	(6.106)	(5.130)
Imposto de renda e contribuição social correntes - Controlada lucro real	(408)	(1.801)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Controlada lucro real	(185)	(782)
Imposto de renda e contribuição social	(6.699)	(7.713)



20 Obrigações tributárias

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
ICMS a recolher	1.191	1.445	2.914	3.726
PIS/COFINS a recolher	181	-	1.994	1.812
ISS a recolher	1	2	1.784	2.128
INSS retido a recolher	-	4	7	9
CSRF a recolher	1	2	10	11
IPI a recolher	142	32	923	612
IRRF a recolher	1	1	3	5
CIDE a recolher	6	-	6	-
Outros	-	47	-	47
	1.523	1.533	7.641	8.350
Passivo Circulante	1.449	1.321	6.275	6.563
Passivo Não circulante	74	212	1.366	1.787

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social totalmente integralizado é de R\$ 226.809 (R\$ 172.109 em 31 de dezembro de 2024), representado por 226.808.577 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Em 19 de agosto de 2025, a Companhia aumentou o capital social no montante de R\$ 54.700 reais mil totalmente subscritas e integralizadas por meio de aporte em moeda corrente, mediante a emissão de 54.700.000 ações ordinárias, nomeativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, fixado livremente pela única acionista.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo. 193 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em função dos prejuízos acumulados, não foi constituída reserva legal.

c. Destinação do resultado

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei n.º 6.404/76, terá as seguintes destinações: (I) 5% para constituição da reserva legal; (II) dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado; (III) o restante terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral. Em função dos prejuízos acumulados, não foi constituída reserva legal, tampouco realizada a distribuição de dividendos.

d. Lucros a disposição da assembleia

Refere-se aos lucros acumulados auferidos pela Companhia a serem destinados nos termos do art. 199 da Lei 6.404/76, quando aplicável.



22 Receita operacional líquida

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
Receita operacional bruta - Mercado interno	24.421	39.896	221.143	227.540
Receita operacional bruta - Mercado externo	-	-	621	765
Receita operacional bruta - Royalties	272	404	49.305	47.227
Receita bruta	24.693	40.300	271.069	275.532
Impostos sobre vendas	(4.806)	(8.162)	(41.688)	(42.239)
Devoluções de vendas	(2.348)	(1.319)	(9.584)	(10.302)
Receita operacional líquida	17.539	30.819	219.797	222.991

As receitas referem-se unicamente ao principal negócio da Companhia, conforme descrito no contexto operacional. A receita está concentrada substancialmente no território brasileiro. A Companhia reconhece a receita quando satisfeito as obrigações de performance do contrato.

23 Despesas função e por natureza

a. Despesas por natureza

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
Custo das mercadorias vendidas	(13.539)	(21.652)	(96.312)	(102.127)
Salários e encargos	(4.243)	(6.841)	(35.438)	(31.266)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(480)	(1.062)	(3.964)	(3.253)
Comissões	(455)	(416)	(2.134)	(1.663)
Depreciação/amortização	(2.259)	(1.968)	(6.321)	(4.958)
Publicidade e propaganda	(1.105)	(1.518)	(8.236)	(7.863)
Viagens e representações	(122)	(287)	(1.052)	(1.054)
Provisão para contingências	-	-	(86)	-
Fretes e carretos	(1.827)	(1.985)	(9.905)	(8.856)
Tributos e taxas	(388)	(809)	(2.756)	(3.004)
Aluguéis e manutenção	(766)	(1.707)	(5.178)	(5.022)
Informática	(2.650)	(2.579)	(5.397)	(4.289)
Consultoria	(74)	(51)	(776)	(921)
Participação nos lucros	(429)	(299)	(4.382)	(2.596)
Outras despesas	194	2.517	(6.174)	(8.552)
Total	(28.143)	(38.657)	(188.111)	(185.424)



b. Despesas por função

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
Custo dos serviços e produtos vendidos	(13.539)	(21.652)	(96.312)	(102.127)
Despesas com vendas	(5.455)	(7.470)	(43.101)	(38.273)
Despesas gerais e administrativas	(9.149)	(9.535)	(48.698)	(45.024)
	(28.143)	(38.657)	(188.111)	(185.424)

24 Resultado financeiro líquido

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Descontos Obtidos	2	22	93	126
Juros recebidos	509	4.325	1.969	5.316
Rendimento sobre aplicações financeiras	329	325	4.206	2.824
Recuperação de despesas	41	347	41	347
Variação cambial ativa	46	11	304	119
Outras receitas financeiras	96	3	390	897
Total de receitas financeiras	1.023	5.033	7.003	9.629
Despesas financeiras				
Descontos concedidos	(524)	(629)	(2.113)	(1.330)
Despesas bancárias	(79)	(119)	(410)	(435)
IOF	(32)	(40)	(138)	(105)
Encargos com empréstimos e financiamentos	(4.986)	(6.955)	(9.194)	(10.631)
Encargos sobre investimentos	(1)	(647)	(1)	(647)
Encargos financeiros sobre arrendamentos	(252)	(642)	(1.741)	(5.769)
Juros passivos	(2.719)	187	(3.311)	(433)
Variação cambial passiva	(35)	(133)	(543)	(447)
Outras despesas financeiras	(1)	-	-	(139)
Total de despesas financeiras	(8.629)	(8.978)	(17.451)	(19.936)
Resultado financeiro líquido	(7.606)	(3.945)	(10.448)	(10.307)

25 Partes relacionadas

a. Saldo de Partes Relacionadas com entidades do grupo Americanas S.A.

	2025	2024
Duplicatas a receber (Nota 07)		
Americanas S.A.	357	343
Ame Digital Brasil Instituição de Pagamentos Ltda.	-	13
Bit Services Inovação e Tecnologia Ltda.	26	24
	383	380
	2025	2024
Debêntures a pagar		
Digital Finance Promotora Ltda.	-	14.243
	-	14.243



	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		
Americanas S.A.	196	-
Ame Digital Brasil Instituição de Pagamentos Ltda.	14	99
Bit Services Inovação e Tecnologia Ltda.	315	144
	<u>525</u>	<u>243</u>

26 Resultado por ação

Básico e diluído

O resultado básico por ação é calculado mediante divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. Não há diferença entre o resultado por ação básico e o resultado por ação diluído, pois não há ações potenciais diluidores:

	<u>2025</u> <u>(Não auditado)</u>	<u>2024</u> <u>(Não auditado)</u>
Lucro ou (Prejuízo) atribuível aos acionistas	14.147	20.886
Média ponderada de ações ordinárias	226.808.577	172.109.577
Resultado por ação básico e diluído – em reais (R\$)	0,0789	0,1214

27 Cobertura de seguros

O Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguros contratadas com terceiros:

<u>Empresa</u>	<u>Bens Segurados</u>	<u>Riscos Cobertos</u>	<u>Cobertura</u>
Imb Têxtil S/A	Seguro patrimonial	Danos materiais - armazen	R\$ 2.100.000
Imb Têxtil S/A	Seguro patrimonial	Danos materiais - escritório	R\$ 10.585.000
Imb Têxtil S/A	Seguro patrimonial	Danos materiais - armazen	R\$ 59.000.000
Imb Têxtil S/A	Seguro responsabilidade civil	Responsabilidade civil - geral	R\$ 6.000.000
Imb Têxtil S/A	Transporte internacional	Transporte internacional	USD 1.700.000
Imb Têxtil S/A	Seguro de vida	Acidentes pessoais	R\$ 893.040
Imb Têxtil S/A	Seguro responsabilidade civil	Responsabilidade civil - geral	R\$ 7.000.000
Uni.co Comércio S/A	Seguro patrimonial	Danos materiais - armazen	R\$ 700.000
Uni.co Comércio S/A	Seguro responsabilidade civil	Responsabilidade civil - geral	R\$ 6.000.000
Uni.co Comércio S/A	Seguro importação	Transporte internacional	USD 1.700.000

28 Remuneração dos administradores

Em 2025 foi pago a título de remuneração aos Administradores do Grupo o montante de R\$ 3.582 (R\$ 3.314 em 2024). Não foi ou é feito pagamento de qualquer outro valor, benefício ou prêmio e não houve remuneração por outros serviços realizados pelos administradores. Igualmente não existe plano de remuneração em ações, benefícios pós-emprego ou por cessação do exercício do cargo.



29 **Eventos subsequentes**

Em 27 de janeiro de 2026, a controlada indireta Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda. aprovou a redução de capital social mediante ao cancelamento de 5.000.000 (cinco milhões) de quotas, detidas pela única sócia IMB Têxtil S.A., equivalente ao montante de R\$ 5.000 reais mil.
